

NOVA LEI EM TODO O PAÍS, SÓ EXISTEM JUIZADOS EM SANTA CATARINA, EM MATO GROSSO, EM GOIÁS E NA PARAÍBA

# OAB quer juizados especiais de violência contra a mulher no Estado

Criação dos juizados está prevista na Lei 11.340, que entra em vigor hoje

CLÁUDIA FELIZ  
cfeliz@redgazeta.com.br

Críticas à falta de estrutura das delegacias de Proteção e Defesa da Mulher e à inexistência de juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, conforme determina a Lei 11.340, que entra em vigor hoje no Brasil, foram feitas ontem pela presidenta da Comissão da Mulher Advogada da OAB capixaba, Ivone Vilanova.

Juntamente com o movimento de mulheres, a advogada quer ser atendida em audiência pela ministra Helen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), que estará em Vitória no

dia 2 de outubro. "Queremos que ela se empenhe para que os juizados sejam criados em todos os Estados, porque não podemos ter no país mais uma lei que não seja cumprida", diz Ivone Vilanova. Em todo o país, só existem juizados em Santa Catarina, em Mato Grosso, em Goiás e na Paraíba.

De acordo com a advogada, a não-existência de juizados para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher fará com que os inquiridos sejam remetidos pelas delegacias às varas criminais comuns, implicando em morosidade no julgamento dos processos.

Também vice-presidente Internacional das Socialistas Feministas, Ivone Vilanova garante que, no Brasil, a maior violência é a doméstica. "Os presídios estão repletos de internos com idades

entre 18 e 27 anos, a maioria fruto de violência doméstica e familiar", diz ela.

Mas a advogada lembra que essa violência não se dá só na esfera das camadas de poder aquisitivo mais baixo. "Eu mesma já atendi a casos de uma delegada federal, de uma juíza e de uma promotora,

todas vítimas de violência praticada por seus maridos e companheiros", afirma ela.

Em relação às delegacias, a advogada também lembrou que as existentes no Estado não dispõem da estrutura exigida por lei. "Faltam psicólogos, assistentes sociais, carros, investigadores", citou.

## Justiça vai estudar criação de juizados exclusivos

O Poder Judiciário estadual vai estudar a possibilidade de criação de juizados com competência na área de violência doméstica. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Goes Coutinho, disse que a lei "é inovadora e importante para se combater a violência, mas o Judiciário terá que tomar outras providências de natureza social para cumprir toda a legislação". Até a lei entrar em vigor, casos de violência doméstica eram tratados nos Juizados Especiais Criminais. Com a nova legislação, eles passarão a ser julgados pela Justiça Comum. O presidente, segundo a assessoria de comunicação do TJ, disse que é necessário pesquisar nas delegacias a demanda de casos de violência contra a mulher. "Precisamos saber o número de inquiridos nesses casos para o Judiciário analisar se justifica ou não instalação de um juizado com competência exclusiva para casos de violência contra a mulher".